

**BRUNO MIRAGEM**

**TEORIA GERAL  
DO DIREITO CIVIL**



- O autor deste livro e a editora empenharam seus melhores esforços para assegurar que as informações e os procedimentos apresentados no texto estejam em acordo com os padrões aceitos à época da publicação, e todos os dados foram atualizados pelo autor até a data de fechamento do livro. Entretanto, tendo em conta a evolução das ciências, as atualizações legislativas, as mudanças regulamentares governamentais e o constante fluxo de novas informações sobre os temas que constam do livro, recomendamos enfaticamente que os leitores consultem sempre outras fontes fidedignas, de modo a se certificarem de que as informações contidas no texto estão corretas e de que não houve alterações nas recomendações ou na legislação regulamentadora.
- Fechamento desta edição: 04.03.2021
- O Autor e a editora se empenharam para citar adequadamente e dar o devido crédito a todos os detentores de direitos autorais de qualquer material utilizado neste livro, dispondo-se a possíveis acertos posteriores caso, inadvertida e involuntariamente, a identificação de algum deles tenha sido omitida.
- **Atendimento ao cliente: (11) 5080-0751 | faleconosco@grupogen.com.br**
- Direitos exclusivos para a língua portuguesa  
*Copyright © 2021 by*  
**Editora Forense Ltda.**  
*Uma editora integrante do GEN | Grupo Editorial Nacional*  
Travessa do Ouvidor, nº 11 – 8º andar – Centro  
Rio de Janeiro / RJ – CEP 20040-040  
[www.grupogen.com.br](http://www.grupogen.com.br)
- Reservados todos os direitos. É proibida a duplicação ou reprodução deste volume, no todo ou em parte, em quaisquer formas ou por quaisquer meios (eletrônico, mecânico, gravação, fotocópia, distribuição pela Internet ou outros), sem permissão, por escrito, da Editora Forense Ltda.
- Capa: Fabricio Vale
- Imagem de capa: Wassily Kandinsky, Composition 7 (1913) – Galeria Tretyakov, Moscou, Rússia.
- **CIP – BRASIL. CATALOGAÇÃO NA FONTE.**  
**SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ.**

---

M636t

Miragem, Bruno

Teoria Geral do Direito Civil / Bruno Miragem. – 1. ed. – Rio de Janeiro: Forense, 2021.

Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-596-4078-2

1. Direito civil – Brasil. I. Título.

21-69715

CDU: 347(81)

---

Leandra Felix da Cruz Candido – Bibliotecária – CRB-7/6135



## SUMÁRIO

CAPÍTULO I – O LUGAR DO DIREITO CIVIL NO SISTEMA JURÍDICO CONTEMPORÂNEO.....	1
1. O que é o direito civil?.....	1
2. Como estudar o direito civil?.....	5
3. Direito público e direito privado: o direito civil como disciplina central do direito privado.....	6
4. A teoria geral do direito civil como base do sistema de direito privado.....	8
4.1. Direito civil e as outras disciplinas do direito privado.....	9
4.2. As funções da teoria geral do direito civil.....	11
4.3. Direito civil e direito comparado.....	12
4.3.1. O direito brasileiro e o direito comparado.....	13
4.3.2. Método de comparação jurídica.....	15
4.3.3. Recepção e circulação de modelos jurídicos.....	18
5. Fundamentos do direito civil contemporâneo.....	22
5.1. Proteção da personalidade e seus atributos.....	23
5.2. Autonomia privada.....	24
5.3. Responsabilidade por danos.....	25
5.4. Proteção da confiança.....	27
5.5. Propriedade e sua função social.....	29
5.6. Proteção da família.....	32
5.7. O direito à sucessão por morte.....	34
6. Fontes do direito civil contemporâneo.....	35
6.1. Lei.....	36
6.2. Princípios jurídicos.....	37
6.3. Autonomia privada.....	39
6.4. O costume e os usos.....	40
6.5. Jurisprudência.....	42
7. Direito civil e ordenação econômica.....	43

CAPÍTULO II – A FORMAÇÃO HISTÓRICA DO DIREITO CIVIL BRASILEIRO.....	45
1. O direito romano como origem histórica do direito civil.....	45
2. A recepção do direito romano na Idade Média .....	48
3. Da interpretação do direito romano à formação do direito civil moderno.....	50
4. As codificações civis.....	52
5. Origem e desenvolvimento do direito civil brasileiro .....	56
5.1. O legado do direito português.....	56
5.2. O direito civil brasileiro anterior à codificação.....	59
5.3. O Projeto de Clóvis Beviláqua e o Código Civil de 1916.....	62
5.4. Das iniciativas de reforma do Código de 1916 ao Código Civil de 2002	63
5.5. O Código Civil de 2002.....	65
 CAPÍTULO III – O DIREITO CIVIL E OS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	 69
1. A universalização dos direitos humanos e sua repercussão no direito privado...	69
2. A definição jurídica de pessoa humana e sua proteção pelo direito privado.....	72
3. Constituição e direito civil.....	74
4. O direito civil e os novos direitos.....	77
5. Direito privado, igualdade e proteção contra discriminação .....	81
 CAPÍTULO IV – ELEMENTOS FUNDAMENTAIS DO SISTEMA DE DIREITO PRIVADO NO CÓDIGO CIVIL.....	 85
1. O direito privado como sistema aberto.....	85
2. As cláusulas gerais .....	87
3. Direito civil e lacunas do ordenamento .....	90
4. A unificação das obrigações civis e comerciais .....	92
 CAPÍTULO V – SITUAÇÕES JURÍDICAS E A RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO CIVIL.....	 97
1. Situação jurídica e relação jurídica .....	97
1.1. Situações jurídicas .....	100
1.1.1. Espécies de situações jurídicas.....	101
1.1.1.1. Situações abstratas e concretas.....	101
1.1.1.2. Situações jurídicas simples e complexas.....	102
1.1.1.3. Situações jurídicas unissubjetivas e plurissubjetivas ...	102
1.1.1.4. Situações jurídicas uniposicionais e situações relacionais .....	102
1.1.1.5. Situações jurídicas patrimoniais e existenciais.....	103
1.1.1.6. Situações jurídicas ativas e passivas.....	104

1.1.1.7.	Situações jurídicas pessoais e reais.....	105
1.2.	Relações jurídicas .....	105
2.	Eficácia das situações e relações jurídicas em direito privado.....	107
2.1.	Eficácia das posições jurídicas ativas.....	107
2.1.1.	Direito subjetivo .....	107
2.1.1.1.	Formação histórica da noção de direito subjetivo.....	107
2.1.1.2.	Definição de direito subjetivo .....	110
2.1.1.3.	Espécies de direitos subjetivos .....	111
2.1.1.3.1.	Direitos subjetivos propriamente ditos e direitos potestativos .....	111
2.1.1.3.2.	Outras classificações .....	113
2.1.2.	Poderes e faculdades.....	114
2.1.3.	Exceções.....	115
2.1.4.	Interesses jurídicos.....	116
2.2.	Eficácia das posições jurídicas passivas.....	117
2.2.1.	Deveres e obrigações .....	118
2.2.2.	Sujeições.....	119
2.2.3.	Ônus.....	119
3.	Institutos jurídicos.....	119
CAPÍTULO VI – PESSOA E PERSONALIDADE NO DIREITO CIVIL.....		121
1.	Pessoa e personalidade .....	121
1.1.	A pessoa natural.....	122
1.1.1.	Aquisição da personalidade.....	123
1.1.1.1.	A proteção jurídica do nascituro.....	126
1.1.1.2.	A proteção jurídica do embrião humano .....	129
1.1.2.	Extinção da personalidade da pessoa natural.....	130
1.1.2.1.	Presunção de morte .....	131
1.1.2.1.1.	Morte presumida .....	132
1.1.2.1.2.	Morte presumida com decretação de ausência.....	133
1.1.2.1.2.1.	Sucessão provisória .....	134
1.1.2.1.2.2.	Sucessão definitiva.....	136
1.1.2.2.	Comoriência .....	137
2.	Estado da pessoa.....	137
2.1.	Questões atuais sobre os estados da pessoa: diversidade e vulnerabilidade.....	138

**XIV** | TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL – Bruno Miragem

2.2	Características do estado da pessoa e as ações de estado .....	140
3.	Capacidade de fato ou de exercício da pessoa natural.....	140
3.1.	Incapacidade absoluta .....	142
3.2.	Incapacidade relativa.....	144
3.2.1.	Os maiores de dezesseis e menores de dezoito anos .....	144
3.2.2.	Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos .....	145
3.2.3.	Os que por causa transitória ou permanente não puderem ex- primir vontade .....	145
3.2.4.	Os pródigos .....	146
3.3.	Representação e assistência dos incapazes.....	147
3.4.	Aquisição da capacidade plena .....	149
3.4.1.	Emancipação .....	149
3.4.2.	Outras causas legais de aquisição de capacidade plena.....	149
3.5.	As pessoas com deficiência e sua tutela jurídica.....	151
3.5.1.	Tomada de decisão apoiada .....	153
3.5.2.	Curatela da pessoa com deficiência .....	154
3.6.	A situação jurídica dos índios .....	155

CAPÍTULO VII – A PROTEÇÃO DA PESSOA NO DIREITO PRIVADO: OS DIREI- TOS DA PERSONALIDADE.....	159
1. Introdução histórica .....	159
2. Os direitos da personalidade no direito brasileiro .....	164
3. Direitos da personalidade, direitos humanos e direitos fundamentais.....	166
4. Fundamento dos direitos da personalidade em outros sistemas jurídicos .....	168
5. Técnica legislativa e direitos da personalidade.....	175
6. Características dos direitos da personalidade.....	176
6.1. Oponibilidade <i>erga omnes</i> .....	177
6.2. Intransmissibilidade .....	177
6.3. Imprescritibilidade.....	177
6.4. Extrapatrimonialidade .....	178
6.5. Vitalicidade .....	178
6.6. Indisponibilidade .....	179
7. Modos de proteção dos direitos da personalidade.....	184
8. Classificação dos direitos da personalidade .....	186
8.1. Direitos de integridade física .....	189
8.1.1. Direito à vida .....	189
8.1.2. Direito à integridade do corpo .....	191

8.2.	Direitos de integridade moral.....	198
8.2.1.	Direito à identidade e ao nome .....	198
8.2.2.	Direito à honra .....	201
8.2.3.	Direito à imagem .....	209
8.2.4.	Direito à vida privada e à intimidade .....	212
8.2.4.1.	Direito de proteção de dados pessoais.....	217
8.2.4.2.	Direitos subjetivos do titular de dados pessoais.....	224
8.2.5.	Direitos morais de autor .....	226
CAPÍTULO VIII – A PESSOA JURÍDICA NO DIREITO PRIVADO.....		229
1.	O desenvolvimento do conceito de pessoa jurídica e sua justificação.....	229
2.	Modo de atuação da pessoa jurídica.....	238
3.	A finalidade da pessoa jurídica e os efeitos de sua atuação.....	239
4.	A capacidade civil das pessoas jurídicas e o problema da sua responsabilidade delitual.....	243
5.	A aquisição da personalidade da pessoa jurídica de direito privado.....	246
6.	Espécies de pessoas jurídicas .....	247
6.1.	Pessoas jurídicas de direito público.....	248
6.1.1.	Responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público....	251
6.2.	Pessoas jurídicas de direito privado.....	255
6.2.1.	Associações.....	255
6.2.1.1.	Dimensão constitucional: a liberdade de associação ....	255
6.2.1.2.	Definição .....	257
6.2.1.3.	Constituição, estrutura e funcionamento.....	258
6.2.1.3.1.	O estatuto .....	258
6.2.1.3.2.	A relação de associação e a posição jurídica do associado .....	262
6.2.1.4.	Extinção.....	264
6.2.2.	Fundações .....	265
6.2.2.1.	Constituição, estrutura e funcionamento.....	267
6.2.2.2.	Extinção.....	270
6.2.3.	Sociedades.....	271
6.2.4.	Organizações religiosas .....	276
6.2.5.	Partidos políticos.....	279
6.2.6.	Empresas individuais de responsabilidade limitada .....	280
6.2.7.	Pessoas jurídicas de direito privado integrantes da Administração Pública.....	282

7.	Autonomia patrimonial e desconsideração da personalidade jurídica.....	284
7.1.	Fundamentos da desconsideração da personalidade jurídica .....	286
7.2.	Pressupostos do abuso da personalidade jurídica: desvio de finalidade ou confusão patrimonial .....	291
7.3.	A denominada “desconsideração inversa”.....	295
7.4.	Efeitos da desconsideração da personalidade jurídica .....	298
7.5.	Desconsideração da personalidade jurídica e extensão legal da responsabilidade de sócios ou administradores.....	299
7.6.	O incidente de desconsideração da personalidade jurídica .....	307
8.	Os entes não personificados .....	307
9.	Extinção da pessoa jurídica .....	315
CAPÍTULO IX – DOMICÍLIO.....		319
1.	Domicílio da pessoa natural.....	320
2.	Domicílio da pessoa jurídica.....	323
3.	Domicílio especial do contrato .....	323
CAPÍTULO X – OBJETO DO DIREITO: O REGIME DOS BENS.....		325
1.	Os bens como objeto de relações e situações jurídicas de direito privado.....	326
2.	<i>Status</i> jurídico dos animais.....	329
3.	Classificação dos bens.....	333
3.1.	Bens móveis e imóveis .....	333
3.2.	Bens fungíveis e infungíveis.....	338
3.3.	Bens materiais e imateriais .....	339
3.4.	Bens consumíveis e não consumíveis .....	340
3.5.	Bens divisíveis e indivisíveis.....	341
3.6.	Bens singulares e coletivos .....	342
3.7.	Bens principais e acessórios .....	344
3.7.1.	Pertenças .....	345
3.7.2.	Frutos, produtos ou rendimentos.....	347
3.7.3.	Benfeitorias.....	349
3.8.	Bens públicos .....	350
4.	Bem de família .....	353
5.	Outras classificações: meio ambiente e bens culturais .....	358
6.	A tutela jurídica do patrimônio pelo direito privado.....	358

CAPÍTULO XI – A DINÂMICA DAS RELAÇÕES JURÍDICAS: OS FATOS JURÍDICOS.....	363
1. A juridicização dos fatos da vida no direito privado.....	363
2. Classificação dos fatos jurídicos.....	365
2.1. Fatos jurídicos <i>stricto sensu</i> .....	366
2.2. Atos jurídicos.....	367
2.3. Atos-fatos jurídicos.....	368
2.4. Fatos jurídicos ilícitos.....	369
CAPÍTULO XII – NEGÓCIO JURÍDICO.....	371
1. Importância e delimitação conceitual.....	371
2. A função da vontade na celebração do negócio jurídico.....	373
3. Existência, validade e eficácia do negócio jurídico.....	376
4. Elementos do negócio jurídico.....	379
4.1. A manifestação da vontade.....	380
4.1.1. O silêncio como manifestação de vontade.....	382
4.1.2. Reserva mental.....	383
4.2. A finalidade negocial e a causa do negócio jurídico.....	384
5. Requisitos de validade do negócio jurídico.....	388
5.1. Capacidade do agente.....	388
5.2. Licidade, possibilidade e determinação do objeto.....	390
5.3. Forma.....	393
6. Classificação dos negócios jurídicos.....	395
6.1. Negócios unilaterais, bilaterais ou plurilaterais.....	396
6.2. Negócios típicos e atípicos.....	397
6.3. Negócios jurídicos onerosos e gratuitos.....	398
6.4. Negócios jurídicos entre vivos ( <i>inter vivos</i> ) e a causa de morte ( <i>mortis causa</i> ).....	399
6.5. Negócios jurídicos consensuais e reais.....	400
6.6. Negócios solenes e não solenes.....	400
6.7. Negócios puros, condicionais, a termo ou modais.....	401
6.8. Negócios simples, complexos ou coligados.....	402
6.9. Negócios causais e negócios abstratos.....	403
6.10. Negócios diretos e indiretos. Negócios fiduciários.....	403
7. Interpretação do negócio jurídico.....	405
8. Representação.....	410
8.1. Representação legal e voluntária.....	412

8.2.	Procuração e mandato.....	413
8.3.	Efeitos da representação.....	414
8.4.	Aparência de representação.....	416
8.5.	Negócio jurídico consigo mesmo.....	417
9.	Modalidades e eficácia do negócio jurídico: Condição, termo e encargo.....	419
9.1.	Condição .....	419
9.1.1.	Espécies de condições.....	421
9.1.1.1.	Condições suspensivas e resolutivas .....	421
9.1.1.2.	Condições casuais e condições potestativas .....	424
9.1.1.3.	Condições lícitas ou ilícitas, possíveis ou impossíveis. Condições contraditórias.....	425
9.1.2.	Efeitos da condição no tempo.....	427
9.2.	Termo.....	429
9.2.1.	Espécies de termo .....	429
9.2.2.	Termo e prazo.....	430
9.3.	Encargo ou modo.....	432
10.	Defeitos do negócio jurídico .....	433
10.1.	Erro .....	435
10.1.1.	Características do erro invalidante .....	436
10.1.2.	Transmissão errônea da vontade por meios interpostos.....	440
10.1.3.	Consequências do erro.....	441
10.2.	Dolo.....	442
10.2.1.	Dolo como vício do consentimento que invalida o negócio jurídico .....	442
10.2.2.	Dolo da contraparte do negócio jurídico, do seu representante ou de terceiro.....	444
10.2.3.	Dolo bilateral.....	445
10.3.	Coação.....	446
10.3.1.	Pressupostos da coação invalidante .....	447
10.3.2.	Coação exercida por terceiro.....	449
10.3.3.	Coação e representação.....	449
10.4.	Estado de perigo.....	450
10.5.	Lesão.....	452
10.6.	Fraude contra credores.....	454
10.6.1.	Pressupostos da fraude contra credores.....	456
10.6.2.	Negócios jurídicos gratuitos e onerosos .....	457
10.6.3.	Sanções para a fraude a credores.....	458

10.6.4.	Legitimação para ação anulatória.....	459
10.6.5.	Pagamento antecipado de dívidas e concessão fraudulenta de garantia.....	460
10.6.6.	Fraude contra credores e fraude à execução.....	461
10.7	Prazo para a anulação em razão de defeito do negócio jurídico.....	462
11.	Nulidade e anulabilidade do negócio jurídico .....	462
11.1.	Invalidez e inexistência do negócio jurídico .....	466
11.2.	Espécies de nulidade.....	468
11.3.	Causas de nulidade .....	469
11.3.1.	Incapacidade absoluta do agente.....	469
11.3.2.	Objeto ilícito, impossível ou indeterminável.....	469
11.3.3.	Motivo ilícito comum a ambas as partes.....	470
11.3.4.	Preterição de solenidade considerada essencial por lei.....	471
11.3.5.	Fraude à lei.....	471
11.3.6.	Previsão expressa ou proibição por lei.....	472
11.3.7.	Simulação.....	472
11.3.7.1.	Espécies de simulação.....	474
11.3.7.2.	A proteção dos terceiros de boa-fé.....	475
11.3.7.3.	Prova da simulação .....	476
11.4.	Causas de anulabilidade .....	476
11.5.	Confirmação do negócio jurídico anulável .....	477
11.6.	Conversão do negócio jurídico.....	478
CAPÍTULO XIII - DOS ATOS ILÍCITOS.....		481
1.	Pressupostos lógicos da definição de ato ilícito.....	481
1.1.	Contrariedade à lei e contrariedade a direito.....	485
1.2.	O modelo de ilicitude no direito civil brasileiro.....	487
1.2.1.	Ilicitude culposa: art. 186 do Código Civil.....	487
1.2.1.1.	Ação ou omissão culposa.....	487
1.2.1.2.	A violação do direito .....	490
1.2.1.3.	A causação do dano.....	490
1.2.2.	Abuso do direito.....	491
1.2.2.1.	Formação histórico-dogmática.....	493
1.2.2.2.	Concepções do abuso do direito .....	495
1.2.2.3.	Elemento caracterizadores do abuso do direito.....	496
1.3.	Excludentes de ilicitude.....	500

1.3.1.	Legítima defesa.....	500
1.3.2.	Exercício regular de um direito.....	501
1.3.3.	Remoção de perigo iminente (estado de necessidade).....	502
CAPÍTULO XIV – PRESCRIÇÃO E DECADÊNCIA .....		505
1.	A repercussão do tempo sobre as situações jurídicas.....	505
2.	Fundamento da prescrição e da decadência: a segurança jurídica.....	506
3.	A prescrição e suas características.....	509
4.	Termo inicial do prazo prescricional.....	511
5.	Causas de impedimento, suspensão e interrupção do prazo prescricional.....	513
5.1.	Causas de impedimento e suspensão.....	513
5.2.	Causas de interrupção.....	515
6.	Os prazos prescicionais.....	517
7.	Imprescritibilidade.....	521
8.	A decadência e suas características.....	522
9.	Os prazos decadenciais.....	523
CAPÍTULO XV – DA PROVA DOS FATOS JURÍDICOS.....		525
1.	Significado e abrangência da prova dos fatos jurídicos.....	525
2.	Confissão.....	525
3.	Documento.....	526
4.	Testemunha.....	530
5.	Presunção.....	532
6.	Perícia.....	533
BIBLIOGRAFIA.....		535